

Relato de Experiência

Projeto de Extensão EKOA: desconstrução da estigmatização dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

EKOA Extension Project: deconstruction of the stigmatization of institutional care services for children and adolescents

Proyecto de Extensión de EKOA: deconstrucción de la estigmatización de los servicios de acogimiento institucionales a la niñez y adolescencia

Dalízia Amaral¹ , Lília Iêda Chaves Cavalcante¹ , Iany Cardoso da Silva¹ 

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

RESUMO

Os serviços de acolhimento institucional integram a Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social e são classificadas como serviços de alta complexidade desse Sistema. Daí a importância de investimento na capacitação e acompanhamento dos educadores e de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes para qualificar o atendimento prestado. O objetivo do presente trabalho foi, assim, relatar a experiência do Projeto de Extensão “EKOA: formando educadores e técnicos para a construção de projetos de vida com crianças e adolescentes”, desenvolvido na Universidade Federal do Pará em 2019/2020, discutindo sobre a potência de projetos como este, que visa contribuir com a desconstrução da estigmatização de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. O projeto EKOA integrou de maneira colaborativa os profissionais envolvidos, provocando reflexões sobre o trabalho desenvolvido, especialmente, nos serviços de acolhimento institucional.

Palavras-chave: Projeto; Extensão; Acolhimento institucional

ABSTRACT

Institutional care services are part of Special Social Protection of Single Social Assistance System and are classified as highly complex services in that System. Therefore, the importance of investing in the training and monitoring of educators and the entire team that works in institutional care services for children and adolescents in order to qualify the care provided. The objective of the present work was,

therefore, to report the experience of the Extension Project "EKO: training educators and technicians for the construction of life projects with children and adolescents", developed at the Federal University of Pará in 2019/2010, discussing the power of projects like this one, which aims to contribute to the deconstruction of the stigmatization of institutional care services for children and adolescents. The EKO project collaboratively integrated the professionals involved, provoking reflections on the work developed, especially in institutional care services.

Keywords: Project; Extension; Institutional care

RESUMÉN

Los servicios de acogimiento institucional forman parte de la Protección Social Especial del Sistema Único de Asistencia Social y están clasificados como servicios de alta complejidad en dicho Sistema. Por eso, la importancia de invertir en la formación y seguimiento de los educadores y de todo el equipo que actúa en los servicios de acogimiento institucionales a niños y adolescentes para cualificar la atención prestada. El objetivo del presente trabajo fue, por lo tanto, relatar la experiencia del Proyecto de Extensión "EKO: formación de educadores y técnicos para la construcción de proyectos de vida con niños y adolescentes", desarrollado en la Universidad Federal de Pará en 2019/2010, discutiendo el poder de proyectos como este, que pretende contribuir a la deconstrucción de la estigmatización de los servicios de acogida institucionales a niños y adolescentes. El proyecto EKO integró colaborativamente a los profesionales implicados, provocando reflexiones sobre el trabajo desarrollado, especialmente en los servicios de acogimiento institucional.

Palabras-clave: Proyecto; Extensión; Acogimiento institucional

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, consolidou a Doutrina da Proteção Integral, conferindo à criança e ao adolescente prioridade absoluta a partir de quatro princípios: 1) Primazia, ou seja, em quaisquer circunstâncias, antes de qualquer pessoa; 2) Procedência, em que deverão ser os primeiros no atendimento em serviços públicos; 3) Preferência, pois deverão ser os principais destinatários das políticas públicas (educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer) e 4) Privilégio, onde a maior parte dos recursos públicos deverá ser investida na área de proteção à infância e adolescência. Além disso, é conferido a todas as crianças e adolescentes, independente da situação que se encontrem, o *status* de sujeitos de direitos, em processo peculiar de desenvolvimento.

O ECA (Brasil, 1990), assim, torna substância a Doutrina da Proteção Integral, a partir de reunião de um conjunto de normas interdependentes, com previsão à garantia de direitos de crianças e adolescentes. Entre essas normas, tem-se a reconfiguração social e estrutural de serviços de acolhimento institucionais para crianças e adolescentes que precisaram ser afastados do contexto familiar. O acolhimento institucional passa a configurar uma medida de proteção, de caráter excepcional e provisório, aplicada sempre que uma criança ou adolescente encontrar-se em risco social e pessoal por violação de direitos (violência física e sexual, abandono, negligência, entre outros).

No âmbito da Assistência Social, com o seu reconhecimento pela Constituição de 1988, como política pública de garantia de direitos e a promulgação do ECA (Brasil, 1990), aparato legal de vanguarda, que instaurou um sistema jurídico de proteção infantojuvenil (Moreira; Costa, 2016; Cagnani, 2016), foram criadas as bases para a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, n. 8742) em 1993, que prevê proteção social para todas as pessoas que dela necessitarem. Em 2004, foi aprovada a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, em 2005, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), ambas estabelecem normas e diretrizes da política de assistência, a serem materializadas pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Couto, 2013; Cagnani, 2016).

O SUAS, nesse sentido, atua na implantação de uma rede de proteção social estável e sustentável, pautada na descentralização político-administrativa, na participação popular, na responsabilidade do Estado em conduzir cada esfera de governo e na matricialidade familiar. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) propõe o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional, que se coloca dentro do novo paradigma na política social, devendo ser incorporado por toda a rede de atendimento do país. Com isso, as instituições de acolhimento institucional integram a Proteção Social Especial do SUAS e são classificadas como serviços de alta complexidade desse Sistema.

Diante de tais considerações, em 2020, foi desenvolvido na Universidade Federal do Pará (UFPA) o Projeto de Extensão¹ intitulado “EKO²: Formando educadores e técnicos para a construção de projetos de vida com crianças e adolescentes.” O Projeto objetivou contribuir com a educação permanente de profissionais do SUAS e da rede de atendimento à criança e ao adolescente, com foco no trabalho executado por educadores e técnicos atuantes em serviços de acolhimento institucional. O presente artigo traz, pois, um relato de experiência acerca dos encontros realizados no período, discutindo sobre a potência de projetos como este, que visa contribuir com a desconstrução da estigmatização de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2021), até meados do ano de 2019, 47.818 crianças/adolescentes foram acolhidas institucionalmente e, no mesmo período, assinalaram um total de 4.545 entidades de acolhimento no território nacional, sendo que o Estado do Pará, especificamente, contava com 157 entidades de acolhimento. É diante desse cenário que o encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços de acolhimento institucional apresenta-se como medida sociojurídica de importância legitimada ao longo da história, cujo objetivo é acolher, assistir e destinar cuidados de qualidade a crianças e adolescentes em evidente condição de risco social e pessoal por violação de direitos (violência física e sexual, abandono, negligência).

Os serviços de acolhimento institucional, assim, devem pautar o atendimento a partir do ECA (Brasil, 1990) e das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), que trazem parâmetros de funcionamento e orientações metodológicas para que os serviços possam cumprir com a função protetiva e de restabelecimento de direitos. Em outras palavras, o documento de orientações

¹ A universidade pública é importante contexto de produção e disseminação de conhecimentos, a partir da integração das áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão. A Extensão é uma ação universitária, junto à comunidade, que compartilha com o público externo o conhecimento produzido nos contextos de ensino e pesquisa da instituição. Articula-se com as necessidades da comunidade, com vistas ao desenvolvimento e transformação da realidade social.

² A palavra EKO provém do tupi-guarani e significa abrigo, morada ou aconchego; inclui o fonema ECÓ, que significa SER.

técnicas estabelece diretrizes nacionais para que o atendimento excepcional no serviço de acolhimento seja provisório, porém reparador. Para tanto, o referido documento ainda reconhece que “todos os profissionais que atuam em serviços de acolhimento desempenham o papel de educador”, impondo “a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos” (Brasil, 2009, p. 61).

Observa-se a importância de investimento na capacitação e acompanhamento dos educadores e de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento (coordenador, equipe técnica e equipe de apoio) para qualificar o atendimento, visto se tratar de um trabalho de alta complexidade. Assim, deve-se ofertar capacitação inicial de qualidade e trabalho de educação permanente aos profissionais, especialmente aos que têm contato direto com as crianças e adolescentes e suas famílias. Objetiva-se, com isso, a garantia da excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento institucional, preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, oferta de atendimento personalizado e individualizado, respeito à autonomia, diversidade e liberdade, valorizando a participação das crianças e adolescentes acolhidos nos processos que os envolverem (Brasil, 2009). Trata-se de um esforço coletivo de romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, bem como com práticas menoristas e orfanológicas assumidas pela Doutrina da Situação Irregular, caracterizada por um conjunto de ideologias materializadas pelo Código de Mello Mattos (Código de Menores - 1979), que regulamentou a tutela jurisdicional a ser aplicada aos chamados menores em situação irregular (meninos e meninas). Nele, os chamados menores eram segregados da sociedade e internados em instituições, sem respeito e dignidade.

No Brasil, a prática de internar crianças e adolescentes, especialmente em situação de pobreza, gerou isolamento social, a exclusão e favoreceu a estigmatização desses sujeitos, que foram, e ainda são, estereotipados pela sociedade e por muitos profissionais. Para Tajfel (1974), os estereótipos pertencem a uma dimensão cognitiva e são criados a partir de processos de diferenciação entre as pessoas. Desses processos,

surge a estigmatização, associada a aspectos depreciativos, que atribuem à pessoa uma identidade social específica, considerada negativa ou desvalorizada pelos membros do contexto do qual faz parte (Major; O'Brien, 2005).

Em termos históricos, esse processo, supostamente, contribuiu para a estigmatização dos serviços de acolhimento institucional voltados para crianças e adolescentes, também associados à identidade social com valor depreciativo. Dessa forma, como estratégia para apoiar a desconstrução desse processo de estigmatização socialmente estabelecido (Siqueira; Dell'aglio, 2006), é fundamental investir no aprimoramento do trabalho realizado nos serviços de acolhimento, por meio de programas de capacitação para os seus profissionais, de modo a qualificá-los para cumprir integralmente o que está previsto no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), valorizando crianças e adolescentes (Wendt; Tavares; Penno; Dell'aglio, 2018).

Nessa perspectiva, as Universidades, por meio do ensino, pesquisa e extensão podem e devem contribuir com essa desconstrução que é social e histórica. Em particular, a extensão universitária cumpre papel fundamental nesse processo, uma vez que consegue ampliar conhecimentos e práticas que possuem respaldo científico em consonância com os princípios democráticos e de justiça social que regem a sociedade brasileira. Com essa intenção, resgata-se, aqui, ações que caracterizam o Projeto EKO desde a sua proposição inicial em 2008 e que tornaram possível fomentar discussões e participação direta da criança e do adolescente em acolhimento institucional na construção do seu projeto de vida, com o trabalho dos profissionais envolvidos em sua assistência, cuidado e educação.

Nesse período, apesar da formação proposta pelo projeto focalizar profissionais com atuação em serviços de acolhimento institucional, outras organizações do SGD demonstraram interesse em participar, para que pudessem introduzir nas rotinas institucionais atividades que elevassem o nível de envolvimento e participação da criança e do adolescente em questões referentes ao seu projeto de vida.

Compreende-se como fundamental potencializar a atuação profissional para que possam garantir a essas crianças e adolescentes a prioridade absoluta, prevenir e/ou

superar situações de vulnerabilidade e risco, colaborando com a capacidade protetiva das famílias. Isso pode demandar uma série de medidas, que incluem a ampliação do quadro de servidores vinculados aos serviços de acolhimento e que integram essa rede de serviço e o investimento no processo de qualificação para efetivá-los, além de outras modalidades de formação que favoreçam o aprimoramento de suas práticas profissionais. Com efeito, a educação profissional permanente se faz necessária, garantindo uma visão macrossocietária das questões afetas às políticas públicas sociais, assegurando, ainda, o respeito à subjetividade das pessoas que estão atuando na ponta da política e as que estão sendo atendidas por ela.

O Projeto EKOVA visou, assim, subsidiar práticas que valorizem a primazia da voz infantojuvenil sobre os direitos à provisão, proteção e participação nos seis contextos dos quais fazem parte, reconhecidos por marcos regulatórios internacionais como a Convenção dos Direitos da Criança (1989) e o ECA (1990), no Brasil. A intenção era, pois, assegurar intervenções com adultos que utilizassem metodologias capazes de favorecer a participação social de crianças, adolescentes e suas famílias, prevendo a possibilidade destes alterarem o contexto em que vivem e consolidarem a noção de que são pessoas ativas em seu processo desenvolvimental.

A realização do referido projeto de extensão justificou-se, diante do exposto, pela necessidade de promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, assim como pelo atendimento de demandas reprimidas dentro dos serviços, como a educação permanente dos profissionais das instituições. Além disso, merece destaque o impacto que essas diferentes estratégias de atendimento e intervenção podem ter no desenvolvimento saudável dos segmentos que são atendidos por essas instituições, ou seja, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

3 CARACTERIZAÇÃO

O Projeto integrou o Programa Infância e Adolescência, vinculado à Faculdade de Serviço Social (FASS) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA, inscrito

na área temática dos Direitos Humanos e Justiça e na linha de extensão Cooperação Interinstitucional. Os encontros formativos ocorreram no período de 19/03/2019 a 19/03/2020. A equipe técnica do Projeto EKO contou com uma coordenadora; uma doutoranda; duas mestrandas; uma aluna bolsista de extensão; quatro alunos graduandos de estágio supervisionado; uma colaboradora; e uma voluntária.

Essa iniciativa de extensão universitária foi inspirada no Projeto Social intitulado “Oficina de Sonhos: construindo projetos de vida com crianças e adolescentes institucionalizados”, executado em 2008, que envolveu organizações governamentais e não governamentais com atuação na área dos direitos da criança e do adolescente, a saber, serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, vinculados à Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), o Grupo de Apoio à Adoção Renascer, o Grupo de Estudo e Pesquisa da Família, Infância e Adolescência (GEPIA/UFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). No ano de 2017, quando a iniciativa foi retomada, o projeto previu a aplicação de técnicas, dinâmicas e vivências aplicados na versão anterior do projeto, onde crianças e adolescentes participaram de oficinas sociopedagógicas, com estímulo ao resgatar das memórias de suas infâncias vividas na família de origem e seu convívio social na escola, à expressão de suas percepções sobre a experiência de acolhimento institucional e, especialmente, sua noção de projeto de vida e perspectiva de futuro.

Nos anos seguintes, 2018 e 2019, com o objetivo de difundir e fomentar essa experiência de envolvimento e de participação direta da criança e do adolescente em acolhimento institucional na construção do seu projeto de vida, colocou-se o foco na formação de técnicos e educadores de serviços socioassistenciais em temáticas relacionadas à promoção do seu desenvolvimento biopsicossocial, seus direitos fundamentais e na difusão de metodologias participativas aplicáveis nesses contextos específicos. Nesse sentido, apoiado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o Projeto EKO pretendeu dar continuidade à promoção de encontros com educadores e técnicos, com vistas à formação teórica e metodológica de profissionais com atuação em serviços de acolhimento institucional e outras

organizações do SGD do estado do Pará. Os encontros formativos foram mediados por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e pesquisadores que participaram como coordenadores e colaboradores do projeto, compondo uma equipe com perfil multiprofissional e com uma perspectiva de trabalho interdisciplinar. O projeto fomentou um processo de formação realizado por meio de oficinas sociopedagógicas, vídeo-debates, oficinas e palestras.

4 O RESULTADO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO EKO

O público participante do Projeto envolveu profissionais vinculados a 12 órgãos/serviços, a saber: 1) Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/EMAÚS), 2) Creche Lar Cordeirinhos de Deus, 3) Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), 4) Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA/Defensoria Pública do Pará-DPP), 5) Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT/SAAD), 6) Secretaria Municipal de Assistência Social de Ananindeua, 7) Obras Sociais da Paróquia de Nazaré (OSPAN), 8) Centro de Acolhimento Municipal de Castanhal (SEAMCA), 9) Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes de Barcarena (EACA), 10) Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de Santa Izabel do Pará (SAMCA), 11) Unidade de Acolhimento Institucional de Marituba (UNAI) e 12) Secretaria Municipal de Assistência Social de Castanhal (SEMAS). Não houve um número estipulado de profissionais, por órgão, para participar, de modo que cada órgão poderia liberar quantos profissionais achasse necessário.

Os princípios que nortearam a aplicação de metodologias participativas na realização dos encontros formativos se desenvolveram a partir do “Caderno Pedagógico: Metodologias de Trabalho com Crianças e Adolescentes Institucionalizados” (Lamarão; Amaral, 2007) em três dimensões: 1) Informativo, que possibilitou a troca de informações, produção de saberes e a discussão de conteúdos relacionados à família, infância, adolescência, direito à convivência familiar e comunitária e elementos básicos para a construção de projetos de vida; 2) Vivencial, com a criação de um clima de confiança e

respeito mútuo entre os participantes, que possibilitou a expressão corporal, verbal, a partir do recurso do desenho, da fala e da escrita; 3) Reflexiva, mediante exercícios, técnicas e dinâmicas, proporcionou-se o processo de reflexão, resgate de memória da infância, a experiência na família, o trabalho, com delineamento para a construção de projetos de vidas, junto às crianças e adolescentes acolhidos.

Entre as discussões promovidas pelo EKO nos encontros formativos, destacaram-se temas referentes às políticas públicas, direitos humanos e projeto de vida, com vistas a encorajar os profissionais participantes a revisitar e rever suas práticas criticamente, com possibilidades de redefinição de suas atuações, bem como apontar novas perspectivas de intervenção, com destaque para ações que potencializem a articulação da rede sócioassistencial e intersetorial. Diante disso, será feito um recorte dos encontros formativos, realizados pelo EKO em 2019/2020, com 27 instituições, de 07 municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Izabel, Pacajá, Barcarena e Castanhal), que totalizou 17 encontros formativos, alcançando 618 profissionais. Para o presente relato, assim, serão apresentados os resultados dos encontros 08 (Palestra) e 09 (Oficina), ambos referentes à construção de projetos de vida com crianças e adolescentes, mediados pela primeira autora desse relato.

O encontro realizado no dia 24/05/2019 (Figura 1), em formato de palestra, teve como objetivo discutir sobre a construção de projetos de vida com crianças e adolescentes, refletindo acerca da importância da sua construção no serviço de acolhimento institucional. Participaram 24 profissionais dos municípios de Belém, Castanhal, Santa Izabel e Marituba.

Inicialmente, foi abordado o conceito de projeto de vida, que envolve aspirações, desejos de realizações, que se projetam para o futuro como uma visão antecipatória de acontecimentos, cuja base reside em uma realidade construída na interseção das relações que o sujeito estabelece com o mundo (Nascimento, 2006); e as motivações para a construção de um projeto de vida (benefício do próprio sujeito, atender anseios, necessidades e desejos, relações com a família ou ter uma família).

Figura 1 – Encontro 8º (Palestra)



Fonte: Acervo particular das autoras (maio/2019)

Em seguida, discutiu-se sobre como o serviço de acolhimento institucional pode auxiliar crianças e adolescentes na construção de seus projetos de vida, a partir da perspectiva do direito a ter futuro, pois, conforme as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), a equipe das instituições de acolhimento deve garantir orientação individual e apoio na construção do projeto de vida de crianças, adolescentes e suas famílias. Em outras palavras, deve-se promover o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, incluindo a construção dos projetos. E na construção desses projetos, considera-se aspectos relacionados ao trabalho e aquisição futura de autonomia financeira, fortalecer o protagonismo, responsabilização por suas ações e escolhas, fortalecer novas escolhas e novas redes de relações.

Nesse sentido, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é visto como um importante instrumento sobre o qual se esboça o projeto de vida com/das crianças e adolescentes. O PIA não é somente um documento técnico-operativo que norteia o trabalho no serviço de acolhimento, mas, como traz no próprio nome, traça as metas e objetivos, por meio de um plano de trabalho que envolve a criança, o adolescente e suas famílias, no sentido de lidar e superar as violações de direitos a que estiveram submetidos. No PIA, cabe um projeto de vida, na medida em que nele é possível traçar estratégias de cuidado e educação consistentes e transformadoras.

O processo de construção do projeto de vida permite e promove a consciência de si, de quem se é, como é, o que gosta, o que deseja, o que conquistou, o que mudou, ou permanece e, assim, junto com a criança e o adolescente criar hipóteses de futuro. Ou seja, há que se criar espaço para resgatar e valorizar a história de vida, valorizar a singularidade; manter espaço para diálogo e intervenções participativas, estimular interesses, abertura para acertar, errar, criar novas saídas e pensar a vida dentro e fora do serviço. Na avaliação dos profissionais, falar sobre o referido tema foi muito importante, conforme os exemplos que seguem:

...algo que me chamou a atenção foi a questão dos vínculos afetivos e a construção de projetos de vida.... Minha proposta é que os Encontros Formativos possam ser expandidos para outros municípios... trazer discussão sobre as famílias dos acolhidos e disponibilizar material impresso (Profissional -Município de Marituba).

...os Encontros Formativos foram além do que eu imaginava, eu aprendi muita coisa nova. Foi muito bom e positivo para o meu presente e, enquanto profissionais conseguirmos um futuro melhor para os acolhidos institucionalmente (Profissional - Município de Santa Isabel).

O encontro realizado no dia 31/05/2019, em formato de oficina, deu continuidade à discussão sobre a construção de projetos de vida, a partir da oficina intitulada “Caminho de Algodão e Pedra”, que envolveu a produção pelos participantes (Figura 2), que foram convidados a projetar em telas a sua trajetória de vida (passado e presente), com conquistas e dificuldades, seus “sonhos” e aspirações para o futuro. Participaram 10 profissionais dos municípios de Belém, Castanhal, Santa Isabel e Marituba. Pode-se dizer que a oficina esteve condizente com o princípio do que um projeto de vida é:

*...conjunto de desejos que se pretende realizar e como uma série de planos e etapas a ser vencida rumo ao ideal que se tem, com vistas à organização e à orientação do próprio futuro. O projeto de vida tem como finalidade transformar a realidade, considerando a representação acerca desta realidade e sua relação entre passado, presente e futuro (Marcelino; Catão; Lima, 2009, p.51 *apud* Oenning, 2016).*

Figura 2 – Encontro 9º (Oficina)



Fonte: Acervo particular das autoras (maio/2019)

Assim, os participantes compartilharam suas produções com o grupo, trazendo reflexões sobre as experiências, enquanto trabalhadores do SUAS.

Uma das pedras que tive no meu caminho foi o período que comecei a trabalhar no SUAS, eu não tinha muita experiência, eu tive um choque de realidade. Mas o SUAS tem sua representatividade... no que se refere ao acompanhamento que é realizado com a família dos acolhidos. O meu sonho hoje é trazer minhas experiências para a discussão dos processos sociais (Profissional - Município de Marituba).

Meu sonho é ter uma oca gigante no local onde eu trabalho, em que a cultura, natureza e a arte sejam trabalhadas na construção dos projetos de vida com as crianças (Profissional - Município de Castanhal).

O serviço de acolhimento foi algo novo para mim. Cuidava de uma criança "portadora de necessidades especiais." Quando consegui me relacionar, aprendi como lidar com as crianças que estão em situação de acolhimento. Minha tela dos sonhos traz a minha vontade de conseguir a aposentadoria (Profissional - Município de Belém).

Na graduação eu tive tuberculose e sofri muito preconceito por conta da doença. Mas hoje, apesar de todas as dificuldades que enfrentei, eu sou educadora, sou mestranda e na minha tela dos sonhos, busco uma sociedade mais justa (Profissional - Município de Belém).

Diante do exposto, considera-se que a realização deste projeto de extensão alcançou seu objetivo de contribuir com a educação permanente de profissionais de serviços de acolhimento, bem como de outros servidores da rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, para a aplicação das bases teóricas e metodológicas que podem orientar as intervenções em seus contextos de trabalho. Especialmente, no que tange o trabalho realizado nos serviços de acolhimento, a mensagem que ficou foi a de que crianças e adolescentes, quando são bem acolhidos podem reorganizar o presente vivido, superar dificuldades e seguir em frente, de modo que a experiência do acolhimento institucional será internalizada, ao lado de outras experiências, ao percurso de sua construção identitária, contribuindo para que possam sonhar e realizar projetos (Moreira, 2016).

Ressalta-se que vivenciar o acolhimento institucional pode suscitar a criação de estereótipos ou reforçar a estigmatização dos serviços de acolhimento institucional e, conseqüentemente, das crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, o que torna necessária a organização de ações estratégicas que fomentem a desconstrução de um imaginário social cristalizado. E, mesmo apresentando-se como contexto de contradições, esse tipo de serviço é reconhecido também como ambiente de desenvolvimento humano, sendo fundamental a promoção de espaços de discussão e reflexão teórico-metodológicas para o aprimoramento do trabalho realizado. Nesses termos, considera-se que o Projeto EKO cumpriu, assim, com o seu propósito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Projeto de Extensão “EKO: Formando educadores e técnicos para a construção de projetos de vida com crianças e adolescentes” foi pensado como estratégia de educação permanente, com vistas à formação de profissionais que atuavam em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, bem como aos demais trabalhadores da rede de atendimento infantojuvenil do Estado do Pará, para a promoção e garantia qualificada dos direitos de crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social e especial.

Com base no que foi exposto, acredita-se que o Projeto de Extensão EKOA possibilitou a troca de conhecimento acadêmico e profissional, a partir da discussão de um arcabouço teórico-metodológico, compartilhado com os profissionais participantes dos encontros formativos. Tais encontros colaboraram para a difusão de uma perspectiva mais igualitária, democrática e equitativa do atendimento a crianças e adolescentes em acolhimento institucional e suas famílias, auxiliando-os no planejamento e na construção de projetos de vida, além de favorecer a desconstrução de estigmas cristalizados no imaginário social e profissional.

O projeto EKOA, na sua versão 2019/2020, proporcionou experiências acadêmicas e profissionais que articulam, sistematicamente, atividades de ensino, pesquisa e extensão, em que emergiram questões para reflexão sobre a infância e adolescência na atualidade, integrando de maneira colaborativa os atores envolvidos nessas dimensões, provocando diálogos e interfaces entre docentes, discentes de diferentes áreas do conhecimento e trabalhadores da rede de atendimento infantojuvenil, especialmente dos serviços de acolhimento institucional. Promoveu-se um espaço de discussão multi e interdisciplinar, de modo que a realização do projeto foi considerada exitosa, na medida em que previu construir bases teórico-práticas para o estabelecimento de intervenções, a partir de metodologias participativas no atendimento a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e suas famílias. Com efeito, destaca-se, a importância de investimentos constantes na educação permanente dos profissionais que atuam em serviços de acolhimento institucional, para que possam prestar um atendimento com nível de atenção qualificada, a partir de estratégias interventivas que promovam a elaboração de projetos de vida singulares e que permitam a ampliação dos caminhos vividos e a serem seguidos pelas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Federal nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas:** serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, Brasília, DF: CONANDA, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CAGNANI, L. J. R. P. **O trabalho do psicólogo no abrigo institucional.** São Paulo: Zagodoni, 2016.

COUTO, B. R. O sistema único da assistência social - SUAS: na consolidação da assistência social enquanto política pública. *In:* L. R. da CRUZ, L. R. da.; GUARESCHI, N. (Orgs.) **Políticas públicas e assistência social:** diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 41-55.

LAMARÃO, M. L. N; AMARAL, M. C. C. B. **Caderno Pedagógico:** Metodologias de Trabalho com Crianças e Adolescentes Institucionalizados. Belém: UNICEF, 2007.

MAJOR, B.; O'BRIEN, L. T. The social psychology of stigma. **Annual Review of Psychology**, v. 56, p. 393-421, 2005.

MOREIRA, J. de O.; COSTA, D. B. da. ECA: entre o desenvolvimento teórico e o subdesenvolvimento prático. *In:* MOREIRA, J. de O.; SALUM, M.J.G.; OLIVEIRA, R.T. (Orgs.) **Estatuto da Criança e do Adolescente:** refletindo sobre sujeitos de direitos e responsabilidades. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 56-59.

MOREIRA, M. I. C. Proteção social de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional: contam-se histórias (estórias) no abrigo?*In:* MOREIRA, J. de O.; SALUM, M. J. G.; OLIVEIRA, R. T. (Orgs.) **Estatuto da Criança e do Adolescente:** refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 120-132.

NASCIMENTO, I. P. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginario**, v.12, n.12, p. 55-80, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

OENNING, L. I. G. R. **Os adolescentes e a ausência de projetos de vida:** um estudo sobre o perfil dos "NEM-NEM". 2015. Monografia (Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos: Escola, Violência e Defesa de Direitos) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SIQUEIRA, A.; DELL'AGLIO, D. D.O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

TAJFEL, H. Social identity and intergroup behaviour. **Social Science**, v. 13, n. 1, p. 65-93, 1974.

WENDT, B.; TAVARES, M. D. F.; PENNO, D. K.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens atribuídas às instituições de acolhimento. **Revista SPAGESP**, v. 19, n. 1, p. 35-48, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

1 – Dalízia Amaral

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0002-0474-7537> • dalizia@ufpa.br

Contribuição: Análise formal, Recursos, Supervisão, Visualização, Escrita – revisão e edição

2 – Lília Iêda Chaves Cavalcante

Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Mestre em Serviço Social e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0003-3154-0651> • liliaccavalcante@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Investigação, Administração do projeto, Supervisão

3 – Iany Cardoso da Silva

Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0009-0006-5471-4991> • ianycard@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Curadoria dos dados, Escrita – primeira redação